

UMA MATRIZ DE CONTABILIDADE SOCIAL E FINANCEIRA DE 2010 PARA O BRASIL: ILUMINANDO CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Eduardo Belisário Finamore¹

RESUMO

Este artigo descreve a construção de uma matriz de contabilidade social e financeira (MCSF) para o Brasil, para o ano de 2010, utilizando como única fonte o IBGE. A matriz apresenta como inovação a criação de uma conta de ativos/passivos, conjuntamente com uma conta financeira, e cria assim uma matriz de fluxo de fundos, que permite analisar a distribuição dos ativos entre os agentes superavitários e deficitários que dão garantia ao funcionamento do sistema financeiro, permitindo a troca de recursos. A apresentação dos resultados parte da descrição de uma matriz agregada, decompondo posteriormente as contas corrente, capital e financeira de forma a analisar o modelo econômico elaborado pelo IBGE, que segue os padrões estabelecidos pelo Sistema de Contas Nacionais da Nações Unidas de 2008.

Palavras-chave: Matriz de contabilidade social e financeira; Estrutura produtiva; Economia brasileira.

A 2010 SOCIAL AND FINANCIAL ACCOUNTING MATRIX FOR BRAZIL: ILLUMINATING PATHS FOR NATIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT

This article describes the construction of a social accounting matrix and financial (SAMF) for Brazil, for the year 2010, using as the sole source of the IBGE. The matrix proposal shows as innovation, the creation of an account of assets/liabilities, together with a financial account, and thus creates an array of flow of funds, which allows you to analyze the distribution of assets between surplus and deficit agents that give guarantee to the functioning of the financial system, allowing the exchange of resources. Presentation of the results part of the description of an aggregate matrix, decomposing subsequently current, capital and financial accounts in order to analyze the economic model elaborate by IBGE, which follows the standards set by the System of National Accounts of the United Nation in 2008.

Keywords: Social Accounting Matrix and financial; Productive structure; The Brazilian economy.

JEL: E1; E16

1 INTRODUÇÃO

O sistema de contas nacionais (SCN) brasileiro revela uma interação bidirecional entre os níveis macro e setorial necessário para a análise econômica em uma dinâmica de desenvolvimento nacional. Isso é possível em razão de que o

¹ Doutor em Economia Aplicada, UFV/MG. Professor Titular da Universidade de Passo Fundo Feac-UPF. E-mail: finamore@upf.br



conjunto de estatística nacional, fornecido pelo IBGE, segue o Manual de Contas Nacionais das Nações Unidas atualizado em 2008 (System of National Account de 2008 - SNA 2008). O sistema de contas nacional (SCN) pode ser observado por meio de três conjuntos principais de quadros que representam a economia a partir de unidades diferentes.

A Conta Econômica Integrada (CEI) tem como referência os setores institucionais – empresas financeiras, empresas não financeiras, famílias, governo e instituições privadas sem fins lucrativos e serviços das famílias. A CEI também mostra as relações do país com o resto do mundo, agrupando todas as transações dos setores institucionais residentes com os não residentes.

As Tabelas de Recursos e Usos (TRU) são construídas a partir de um corte na economia que considera as atividades econômicas e os seus respectivos produtos e representam as operações de produção, importação e consumo intermediário e final, apresentando como saldo o valor adicionado do país por atividade econômica. As informações das TRU são utilizadas para a construção das matrizes de insumo produto (MIP) que detalha as relações de troca entre os setores produtivos dentro da economia.

As Contas Financeiras têm como referência os instrumentos financeiros que fazem com que a capacidade de financiamento seja aplicada, ou, de outro lado, com que a necessidade de financiamento seja satisfeita. Completando a sequência de contas do SCN brasileiro, tem-se também a conta de patrimônio financeiro que mostra o total de ativos e passivos dos setores institucionais e apresenta como saldo o patrimônio líquido obtido pela diferença dessas variáveis.

Para modelar um sistema econômico como um todo de forma a explicar o processo de geração, distribuição e acumulação de renda (fluxos e estoques), pode-se utilizar como instrumento analítico uma matriz de contabilidade social e financeira (MCSF) que permite integrar os setores produtivos e os agentes produtivos com o sistema financeiro nacional, cujo objetivo último é distribuir os recursos dos agentes superavitários para os agentes deficitários, sejam eles residentes ou não residentes.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar a construção de uma matriz de contabilidade social e financeira (MCSF) para o Brasil utilizando unicamente o conjunto de estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Revela-se a compilação de uma MCSF para o ano de 2010 que represente

as identidades contábeis do Sistema de Contas Brasileiro, o que permite avaliar a dinâmica das relações reais e financeiras da economia brasileira. Como salienta Simonsen e Cisne (1985) a contabilidade nacional não postula nenhuma hipótese comportamental dos agentes econômicos, mas permite identificar padrões e sem o perfeito domínio desses conceitos é impossível avançar na análise macroeconômica.

A matriz apresentada tem como inovação a criação de uma conta de ativos/passivos, conjuntamente com uma conta financeira, e cria assim uma matriz de fluxo de fundos, que permite analisar a distribuição dos ativos entre os agentes superavitários e deficitários que dão garantia ao funcionamento do sistema financeiro, permitindo a troca de recursos. A apresentação dos resultados, segue o padrão apresentado por King (1985) e parte da descrição de uma matriz agregada, decompondo posteriormente, por agentes econômicos, as contas corrente, capital e financeira, explica as transferências entre eles, permitindo analisar o modelo econômico-contábil perseguido pelo IBGE, que segue os padrões estabelecidos pelo Sistema de Contas Nacionais da Nações Unidas de 2008.

Este estudo é organizado como segue. A Seção 2 apresenta uma matriz MCSF estilizada e as respectivas fontes de informações. A Seção 3 discute a estrutura da MCSF brasileira de 2010, incluindo detalhes da conta capital e da conta financeira. A última seção é a conclusão.

2 MODELO ANALÍTICO E BASE DE DADOS

Uma matriz de contabilidade social representa o fluxo circular da renda na economia e revela o princípio de que a renda deve ser sempre igual ao dispêndio, que vale tanto para a economia como um todo quanto para os agentes individuais. As receitas das entidades aparecem ao longo das linhas, e os gastos aparecem ao longo das colunas, satisfazendo a restrição orçamentária de cada uma delas.

A contabilidade de partidas dobradas diz que cada débito tem um crédito correspondente e o avanço da estatística das contas nacionais brasileira gera um conjunto de dados secundários que permite alcançar o equilíbrio interno e externo das contas agregada e dos agentes individuais. De fato, a modelagem matricial proposta alcança o equilíbrio entre o total das linhas e o total da coluna, sem a necessidade de balanceamentos, restrições ou qualquer categoria de ajustes, como

o RAS por exemplo. Os dados observados refletem o modelo econômico-contábil elaborado pelo IBGE, sendo, claro, que o analista é livre para buscar informações complementares que permitam análises alternativas.

A Tabela 1 mostra, esquematicamente, a MCSF desenvolvida, com a discriminação das variáveis dos fluxos econômicos envolvidos, bem como a fonte de informação de cada uma delas. A relação entre as variáveis e os passos realizados para a elaboração de uma MCSF mais desagregada são descritos na próxima seção.

De um modo geral, como explica King (1985), o processo produtivo utiliza fatores de produção, consistindo primariamente de mão de obra e capital, que, por sua vez, recebem renda dele como remuneração.

Inicialmente, se observa o processo produtivo realizado com esses fatores sem se preocupar com as entidades que são proprietárias desses fatores. Essas entidades são chamadas de instituições. A mais importante delas é constituída pelas famílias, que podem ser estudadas em diferentes categorias. As famílias podem ofertar mão de obra e capital, por intermédio de um ou mais membros, mas agem como uma unidade quando ela gasta sua renda. Outras instituições são as firmas ou empresas, públicas e privadas, que providenciam capital. Um terceiro tipo de instituição é o governo, tanto central e quanto local. O governo também pode providenciar capital, mas tem outro importante papel no processo produtivo, na determinação do valor da produção, cobrando os impostos indiretos. Essas instituições são domésticas. Um participante importante do processo produtivo e da demanda é o resto do mundo.

Tabela 1 - Descrição das variáveis utilizadas e fontes de informação para a construção da MCSF proposta

| | 1 | 2 | 3 | 4.1 | 4.2 | 5.1 | 5.2 | 6 | 7 | 8 | |
|-----|-----------------------------------|--|--------------------------|---|---|---|--|---|--|---|---|
| | Produção | Impostos indiretos | Fator | Instituições | Transferências Correntes | Conta Capital | Transferências capital | Conta de ativo/Passivo financeiro | Conta Financeira | Resto do Mundo | TOTAL |
| 1 | Produção | Consumo intermediário (MIP) | | Consumo Final pb (C + G) (MIP) | | FBCF pb (MIP) | | | | Exportações (MIP) | VBP |
| 2 | Impostos Indiretos | II consumo intermediário (MIP) | | II consumo final (C + G) (MIP) | | II sobre FBCF (MIP) | | | | II sobre exportações (MIP) | Total Impostos Indiretos |
| 3 | Fator | Renda a preços básicos gerada (MIP) | | | | | | | | Remuneração residentes (CEI) | Renda dos fatores a preços básico |
| 4.1 | Instituições | | Impostos indiretos (MIP) | Renda a preços básicos alocada (CEI) | Transferências correntes líquidas domésticas - ou recebidas - ajustada pelo fundo de pensão (CEI) | | | | | | Renda Total ou disponível ajustada |
| 4.2 | Transferências Correntes | | | Transferências correntes domésticas - ausente ou enviadas (CEI) | | | | | | Transferência de capital recebida do exterior (CEI) | Total Transferências correntes |
| 5.1 | Conta Capital | | | Poupança doméstica (CEI) | | | Transferências líquidas de capital doméstica - ou recebida (CEI) | | Poupança externa ou necessidade/ capacidade de financiamento (CEI) | Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produtos (CEI) | Poupança Bruta ajustada pela transferência de capital |
| 5.2 | Transferências Capital | | | | | Transferências de capital doméstica - ausente ou enviadas (CEI) | | | | Transferência de capital recebida exterior (CEI) | Total Transferências capital |
| 6 | Conta de ativo/passivo financeiro | | | | | | | | | Aquisição líquida ativos residentes (CEI) | Total Ativos Financeiros |
| 7 | Conta Financeira | | | | | | | | Aquisição líquida passivo residentes (CEI) | | Receita financeira doméstica |
| 8 | Resto do Mundo | Importações de consumo intermediário (MIP) | | Remuneração estrangeiros (CEI) | Importações consumo final (C + G) (MIP) | Transferências enviadas ao resto do mundo (CEI) | Importações de FBCF (MIP) | Transferência de capital enviadas ao exterior (CEI) | | Aquisição líquida passivo não residentes (CEI) | Receitas Resto mundo |
| | TOTAL | VBP | Total II | Utilização da renda dos fatores | Utilização da renda total ou disponível ajustada | Total Transferências Correntes | Investimento Bruto Total | Total Transferências capital | Total Passivos Financeiros | Despesa financeira doméstica | Despesas Resto mundo |

Fonte: O autor

Por fim, para equilibrar o sistema, tem-se a conta capital (excedente/déficit), pois as transações anteriores não são iguais e devem ser balanceadas ou por meio de empréstimos e financiamentos ou pelo uso de reservas próprias.

A modelagem proposta traz como inovação uma versão para a análise da matriz de fluxo de fundos da economia brasileira, que permite visualizar de que forma os déficits e superávits da conta corrente são financiados pela conta capital, tendo como contrapartida a compra e a venda de ativos financeiros.

Uma apresentação formal das CEI, TRU e MIP para a economia brasileira pode ser observada em Feijó et al. (2008) e Paulani e Braga (2001).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na apresentação da MCSF do Brasil para 2010, começa-se com uma versão altamente agregada, mostrada na Tabela 2 Além dos totais, são seis pares de linhas e colunas com vinte e uma entradas inicialmente. A localização dos valores dessa matriz se dá pela citação da linha seguida pela coluna (l, c).

Tabela 2 - MCSF agregada para o Brasil, 2010

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | | |
|-----------|---------------------------|--------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|
| Descrição | Produção | Impostos Indiretos | Fator | Instituições | Conta Capital | Resto do Mundo | TOTAL | |
| 1 | Produção | 2.713.231 | | | 2.716.720 | 747.022 | 422.176 | 6.599.149 |
| 2 | Impostos Indiretos | 249.922 | | | 292.801 | 40.240 | 44 | 583.007 |
| 3 | Fator | 3.302.840 | | | | | 995 | 3.303.835 |
| 4 | Instituições | | 583.007 | 3.303.719 | 3.765.287 | | 36.405 | 7.688.418 |
| 5 | Conta Capital | | | | 697.320 | 28.658 | 149.899 | 875.877 |
| 6 | Resto do Mundo | 333.156 | | 116 | 216.290 | 59.957 | | 609.519 |
| | TOTAL | 6.599.149 | 583.007 | 3.303.835 | 7.688.418 | 875.877 | 609.519 | |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

O ponto de partida é a “Conta de Produção” (linha/coluna 1). Na linha 1, estão as receitas, a preço de consumidor, obtidas com as vendas da produção nacional de bens intermediários e finais chamado de Valor Bruto da Produção (VBP). O consumo intermediário (1,1), de 2,713 trilhões de reais, representou 41,1% do VBP. As vendas de bens finais (1,4), de 2,716 trilhões de reais, adquiridos pelas famílias, pelas instituições sem fins lucrativos e pelo governo representam 41,2% do total da

produção; seguido pelos investimentos brutos (1,5), de 747 bilhões de reais (11,3% do VBP), e pelas exportações (1,6), de 422 bilhões de reais (6,4% do total).

A coluna 1 mostra as saídas ou os custos de produção. Os insumos intermediários (1,1), destruídos no processo produtivo, representam as relações interindustriais e a tecnologia produtiva. Os impostos indiretos, líquidos de subsídios (2,1) que incidem sobre o consumo intermediário foram de 3,8% (249 bilhões de reais) do VBP. As importações de insumos intermediários, de 333 bilhões de reais (6,1), representaram 5,0% do VBP. Por fim, o valor adicionado a preços básicos (3,1) dos fatores de produção domésticos, que representa a riqueza criada com o processo produtivo, foi de 3,302 trilhões de reais e igual a 50,0% do VBP de 2010.

A linha/coluna 2 mostra, separadamente, os valores dos impostos indiretos tanto de produtos nacionais quanto de importados de 583 bilhões de reais, que incidem sobre a demanda intermediária (42,9% do total) e final (50,2% sobre o consumo final e 6,9% sobre o investimento bruto).

Com base nos dados das linhas e colunas 1 e 2, é possível construir a “Conta de Produção” da Tabela 3 e obter como saldo o Produto Interno Bruto a preços de consumidor de 3,885 trilhões de reais (54,9% do total de recursos), obtido a partir da dedução do total de recursos de 7,182 trilhões de reais (VBP acrescido dos impostos sobre produtos líquidos de subsídios) o consumo intermediário a preços de consumidor, lançado como uso (45,9% do total de recursos).

Tabela 3 - Conta de Produção – Brasil 2010

| Receita | (Linha 1 e 2) | Gasto | (Coluna 1 e 2) |
|---|----------------------|--------------------------------------|-----------------------|
| Produção | 6.599.149 | Consumo intermediário | 2.713.231 |
| Impostos líquidos de subsídios sobre produtos | 583.007 | Impostos sobre consumo intermediário | 249.922 |
| | | Importação consumo intermediário | 333.156 |
| | | Subtotal | 3.296.309 |
| | | PIB Pc | 3.885.847 |
| Total | 7.182.156 | Total | 7.182.156 |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

O consumo intermediário a preços de consumidor (3,296 trilhões de reais) é decomposto em consumo intermediário a preços básicos de origem nacional (82,3%

do total), consumo intermediário importado (10,1% do total) e impostos sobre consumo intermediário nacional e importado (7,6%).

A Tabela 4 mostra a conta de origem da renda nacional. As receitas são obtidas com a renda criada no processo produtivo acrescido da renda ganha pelos residentes do resto do mundo e as despesas são a renda paga a não residentes pelas instituições domésticas, sendo o restante alocado dentro da economia nacional.

Tabela 4 - Conta de origem da renda nacional

| Receitas (linha 3) | | Despesas (coluna 3) | |
|--|-----------|---|-----------|
| Renda interna gerada | 3.302.840 | Renda alocada internamente | 3.303.719 |
| Renda externa recebida por residentes (Wr) | 995 | Renda interna recebida por não residentes (Wnr) | 116 |
| Renda recebida no Brasil | 3.303.835 | Renda gasta no Brasil | 3.303.835 |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

Da linha/coluna 3, chamada de “Conta de fator” pode-se observar a renda recebida e gasta por/com fatores de produção no Brasil, focando na mobilidade do fator trabalho. A linha 3 representa a “Conta de Renda”, de 3,302 trilhões de reais (3,1), interpretada como renda dos fatores de produção utilizados dentro do país. Além da renda gerada internamente pelos fatores utilizados na produção de bens brasileiros, que incluem as remunerações pagas no Brasil (recebida por trabalhadores residentes e não residentes), tem-se ainda 955 (3,6) recebidos pelos trabalhadores brasileiros a serviço do resto do mundo (não residentes), o que representa apenas 0,03% do total da renda recebida. Na coluna 3, observa-se a disposição da renda recebida no país, consistindo principalmente na renda paga a instituições brasileiras de 3,303 trilhões de reais (4,3) e por remunerações de 116 milhões de reais pagos a trabalhadores não residentes pelas empresas brasileiras (6,3), valor esse de característica irrisória.

A linha/coluna 4 mostra a conta corrente das instituições domésticas e é analisada do ponto de vista do recebedor das rendas e não do ponto de vista de geração de renda.

Na diagonal (4,4), são registradas as transferências primárias ou de capital (feitas a pagamentos de fatores de produção) e secundárias (feita unilateralmente)

realizadas entre as instituições domésticas. Segundo King (1985), as transferências entre instituições é uma entrada na diagonal, e são ao mesmo tempo registrada como despesa e receita. Segundo a CEI, em 2010, as transferências pagas pelas instituições domésticas foram de 3,875 trilhões de reais, sendo que as transferências recebidas pelas instituições domésticas foram de 3,765 trilhões de reais (4,4) e 110,273 bilhões de reais foram transferências pagas ao resto do mundo.

Interessante observar que o total de transferências domésticas (pagas e recebidas) entre as instituições domésticas, que representa o dinheiro pago de uma instituição a outra, de 3,765 trilhões de reais (4,4), equivalem a 99,71% da Renda Disponível Bruta (RDB) do país, de 3,776 trilhões de reais.

Tais transferências fazem parte da renda total e do gasto total das instituições, mas poderiam, em um nível maior de desagregação, ser consideradas na forma líquida, conforme interesse do analista, sendo que o total da linha/coluna 4 refletiria a renda disponível do país. Observe-se que, na Tabela 5 é apresentada a Renda Disponível Bruta (RDB) brasileira. As transferências entre as instituições são deixadas de fora, pois, em um sistema contábil de partidas dobradas, esses lançamentos se cancelam.

Tabela 5 - Renda e gasto disponível nacional

| Renda | (Linha 4) | Gasto | (Coluna 4) |
|---|------------------|---|-------------------|
| Renda recebida internamente | 3.303.719 | Consumo final (C + G) bens nacionais | 2.716.720 |
| Receita total com impostos indiretos | 583.007 | Despesas com impostos indiretos e de importação sobre consumo final | 292.801 |
| Transferências primárias e secundárias recebidas do resto do mundo | 36.405 | Poupança doméstica bruta (SD) | 697.320 |
| (-) Transferências primárias e secundárias enviadas ao resto do mundo | -146.678 | Consumo final (C + G) bens importados | 69.612 |
| Renda disponível bruta (RDB) | 3.776.453 | Destino da RDB | 3.776.453 |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

Analisando os dados agregados da linha 4, verifica-se que, além da renda alocada internamente, que agora é a receita dos fatores de produção utilizados por essas instituições (4,3), tem-se ainda uma receita apropriada pelo governo vinda de

impostos indiretos sobre os produtos produzidos e comercializados no país, de 583 milhões de reais (4,2), e as transferências primárias e secundárias realizadas entre as instituições domésticas e o resto do mundo, de 36.405 (4,6). A renda alocada internamente representa 87,5% da RDB, sendo que 15,4% são devido aos impostos diretos e indiretos e 1,0% devido às transferências recebidas do resto do mundo.

A coluna 4 mostra os gastos das instituições. Os bens e os serviços nacionais que são comprados pelas famílias, pelas instituições sem fins lucrativos e pelo governo, no valor de 2,716 trilhões de reais (1,4), representam 71,9% da RDB. Os impostos sobre os produtos nacionais e importados, no valor de 292,801 bilhões de reais (2,4), representam 7,8% da RDB. Os gastos com o exterior registrados em (6,4), de 216,290 bilhões de reais, são decompostos em importações de bens e serviços para o consumo final de 69,612 bilhões de reais (1,8% da RDB) e em envios de renda primária e secundária ao exterior de 146,678 bilhões de reais (3,9% da RDB). Por fim, nem toda renda recebida é gasta, correspondendo, a poupança doméstica, a 18,5% da RDB em 2010.

As transferências enviadas para o resto do mundo, correspondentes à parte da entrada (6,4), aparecem com sinal negativo do lado da renda; e o consumo final de bens importados é mantido como gastos. Observa-se que há um déficit de 110,273 bilhões de reais com o resto do mundo, dado que o total das transferências primárias e secundárias recebidas, em conjunto, é menor do que as transferências feitas pelas instituições domésticas.

A observação da RDB é importante em razão de que, se a renda disponível do país é menor do que a absorção (consumo privado e do governo e investimento), é necessário utilizar a poupança estrangeira para efetivar esses gastos internos. Esse déficit é coberto com entradas de recursos externos. As instituições domésticas devem transferir ativos financeiros para as instituições de fora do país.

A conta do resto do mundo (linha/coluna 6) mostra as relações do Brasil com o exterior, sendo que a linha 6 mostra as receitas do resto do mundo que são despesas brasileiras, e a coluna 6 mostra as despesas do resto do mundo que são receitas brasileiras. A Tabela 6 mostra a conta do setor externo resumida.

Tabela 6 - Conta do setor externo

| Receita | (Linha 6) | Gasto | (Coluna 6) |
|---|------------------|---|-------------------|
| Importação de consumo intermediário | 333.156 | Exportação de bens e serviços finais | 422.176 |
| Remuneração dos empregados não residentes | 116 | Imposto indiretos sobre exportação | 44 |
| Importação de bens consumo final | 69.612 | Remuneração dos empregados brasileiros não residentes | 995 |
| Transferências primárias e secundárias enviadas ao resto do mundo | 146.678 | Transferências primárias e secundárias recebidas do resto do mundo | 36.405 |
| Importação de FBCF | 59.904 | Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos | 403 |
| Transferências de capital enviadas ao resto do mundo | 53 | Transferências de capital recebidas do resto do mundo | 77 |
| | | Poupança externa | 149.419 |
| Total | 609.519 | Total | 609.519 |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais

Observa-se que 54,7% das receitas do resto do mundo foram obtidas com a venda de materiais intermediários importados pelo Brasil (6,1), de 333,156 bilhões de reais; 0,002% por remunerações pago a trabalhadores não residentes pelas empresas brasileiras (6,3), de 116 milhões de reais; 35,5% por gastos feitas pelas instituições de 216,290 bilhões de reais (6,4) subdividido em importações de bens e serviços finais e receita com transferências primárias e secundárias. Além disso, houve a venda de máquinas e equipamentos para as indústrias nacionais, de 59,904 bilhões de reais, e transferências de capital a receber de 53 milhões de reais, totalizando 59,957 bilhões de reais (6,5), que correspondem a 9,8% do total das receitas do resto do mundo.

Quantos aos gastos do resto do mundo, observados na coluna 6, 69,3% foram com compras de exportações brasileiras (1,6), de 422,176 bilhões de reais; 0,01% foram gastos com impostos indiretos sobre as exportações (2,6), de 44 milhões de reais; 0,2% representaram o pagamento aos trabalhadores brasileiros a serviço do resto do mundo (3,6), de 955 milhões de reais; e 6,0% relacionaram-se a transferências primárias e secundárias (4,6) feitas ao Brasil, de 36,405 bilhões de reais, todos esses já citados anteriormente. Além disso, houve uma transferência de recursos para o Brasil, de 24,5% do total das despesas/receitas do resto do mundo,

no valor total de 149,899 bilhões de reais (5,6), subdivididos em “Transferências de capital a pagar” de 77 milhões de reais, “Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos” de 403 milhões de reais, e transferência de “poupança estrangeira” ao Brasil de 149,419 bilhões de reais.

A Conta Capital (linha/coluna 5) mostra o equilíbrio entre o investimento e suas fontes de financiamento. As transações das instituições mostradas anteriormente apresentam superávits ou déficits que devem alcançar o equilíbrio por meio de empréstimos e/ou uso de reservas.

A coluna 5 mostra que, do total do gasto, 85,3% são com investimentos produzidos no país, das instituições residentes, de 747,022 bilhões de reais (1,5); 6,8% são com investimento com máquinas e equipamentos, de origem externa, de 59,904 bilhões de reais, e transferências de capital a pagar de 53 milhões de reais, totalizando 59,957 bilhões mostrados em (6,5); 4,6% são impostos indiretos que incidem sobre a FBCF nacional e importada de 40,240 bilhões de reais (2,5). As transferências de capital entre as instituições residentes correspondem a 3,3% do total dos gastos da conta capital da MCS.

A linha 5, por sua vez, mostra que 79,6% das fontes de financiamento do Brasil corresponde à poupança bruta doméstica, no valor de 697,320 bilhões de reais; e 17,1% de fontes externas, sendo 149,419 bilhões de “poupança externa”, 403 milhões de reais de aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos (cedidos pelas empresas não financeiras (-226 milhões de reais) e pelo governo (-177 milhões de reais)), e 77 milhões de reais de transferências de capital recebidas do resto do mundo. As transferências de capital entre as instituições residentes correspondem a 3,3% do total das receitas da conta capital da MCS.

Do mesmo modo que nas transferências primárias e secundárias, na diagonal (5,5), são registradas as transferências de capital “comuns” entre as instituições residentes de 28,658 bilhões de reais, sendo que, em 2010, foram recebidos 28,682 bilhões de reais de instituições domésticas e do resto do mundo. Portanto, houve 24 milhões de reais de transferências líquidas de capital recebidas do resto do mundo. As transferências incluem transferências internacionais e as transferências de capital intergovernamental das três esferas.

A Tabela 7 apresenta a Conta Capital para 2010, e as transferências de capital entre as instituições residentes se cancelam, pois são simultaneamente consideradas como receita e gastos de capital.

Tabela 7 - Conta Capital

| Receita | (Linha 5) | Gasto | (Coluna 5) |
|---|------------------|--|-------------------|
| Poupança doméstica bruta (SD) | 697.320 | FBCF nacional | 747.022 |
| Aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos | 403 | Importação de FBCF | 59.904 |
| Transferências de capital recebidas do resto do mundo | 77 | Transferências de capital enviadas ao resto do mundo | 53 |
| Poupança externa (Sext) | 149.419 | Impostos indiretos sobre FBCF | 40.240 |
| | 847.219 | | 847.219 |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

4 DECOMPOSIÇÃO DOS FATORES DE PRODUÇÃO E DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Para o IBGE, seguindo orientação do SCN 2008, são distinguidos, no processo de distribuição de renda, três tipos de transferências: as transferências de capital (feitas como pagamentos a fatores de produção) e as transferências correntes (feitas unilateralmente), faladas anteriormente, e as transferências de fundo de pensão.

As transferências de renda para as famílias via fundos de pensão, por parte das empresas financeiras e administração pública, ocorre entre setores institucionais domésticos, e a soma agregada é zero, não afetando, portanto, a Renda Nacional Bruta Disponível, mas afetando a Renda Disponível por Setor Institucional.

Para implementar essas informações, foram feitas três desagregações importantes, apresentadas na Tabela 8. A primeira é a subdivisão dos fatores de produção entre excedente operacional bruto, remunerações dos empregados e impostos diretos cobrados sobre a produção. A segunda é a subdivisão das instituições em cinco componentes: empresas não financeiras, empresas financeiras, administração pública, famílias e instituições sem fins lucrativos (ISFLSF). A terceira modificação separa e subdivide as transferências primárias e

secundárias do restante da conta corrente das instituições domésticas, bem como um ajustamento de rendas de fundos de pensões.

Essa versão de matriz de contabilidade social tem agora 15 linhas e 15 colunas. As transferências correntes dos setores institucionais domésticos são apresentadas na forma líquida e o total das linhas/colunas 6 a 10 é igual ao apresentado na Renda Disponível Bruta ajustada pelas transferências dos fundos de pensão (RDB*).

Sobre os fatores de produção, o que se deve observar é que, na geração da renda do processo produtivo brasileiro (linha/coluna 1), as duas principais categorias – renda do trabalho (3,1) e renda do capital (4,1) – são praticamente idênticas e recebem 49,0% e 49,7%, respectivamente, da renda gerada em 2010. No entanto, observando a coluna 4, que mostra a alocação da renda de capital, as famílias ganharam 35,6% da renda de capital gerada em 2010. Isso inclui a renda de pequenas empresas, incluindo de propriedades rurais, mais um elemento imputado de renda de moradia. Em 2010, 53,3% da renda de capital foram alocados nas empresas não financeiras, 7,8% nas empresas financeiras, 3,1% na administração pública e 0,2% nas ISFLSF.

A coluna 3 mostra o total das remunerações recebidas pelos trabalhadores brasileiros, alocadas para a instituição família, que é igual às remunerações recebidas pelos trabalhadores brasileiros com a produção interna (1.618.190) adicionadas pelo saldo das remunerações enviadas e recebidas pelos trabalhadores não residentes (955 – 116). No caso brasileiro, há mais trabalhadores a serviço do exterior do que trabalhadores estrangeiros a serviço do Brasil.

A coluna 5 mostra a alocação dos impostos diretos sobre a produção, para a instituição administração pública. Considerou-se, aqui, os impostos diretos sobre produção junto com os fatores remuneração e excedentes operacional bruto, pois fazem parte do valor adicionado a preços básicos. Os impostos indiretos estão em coluna separada, pois incidem sobre o produto e fazem parte do valor adicionado a preços de consumidor. A linha 8 mostra as receitas do governo com a arrecadação de impostos indiretos (8,2), EOB de empresas públicas (8,4) e impostos diretos (8,5).

O total das linhas/colunas 6 a 10 mostra a Renda Nacional Bruta Disponível com o ajustamento dos fundos de pensão (RNBD*) das instituições componentes do sistema de contas brasileiro de 2010. As linhas 6 a 10 mostram as receitas que

deram origem a essa renda disponível e são equivalentes às contas de alocação da renda e de distribuição da renda do sistema de contas nacionais. Essas receitas correntes das instituições brasileiras são apresentadas separando a renda alocada na economia brasileira das transferências primárias, secundárias e de fundos de pensão. Pode-se dizer que a conta centra-se nas unidades institucionais residentes como receptoras de rendas primárias mais do que como produtores, cujas atividades geram rendas primárias. Já as colunas 6 a 10 mostram o destino dado pelas instituições da renda disponível, sendo destinada ao consumo ou à poupança e equivalente à conta de uso da renda do sistema de contas nacionais.

Na Tabela 8, as colunas 11 e 12, interseção com as linhas 6 a 10, mostram as transferências primárias e secundárias em sua forma líquida, desagregado por instituição doméstica (negativas se as instituições foram deficitárias e positivas se foram superavitárias). A coluna 13 mostra o ajustamento dos fundos de pensão. As linhas 11 e 12 mostram o equilíbrio entre as transferências deficitárias da economia nacional com as transferências superavitárias feitas ao resto do mundo. A linha/coluna 11 mostra que o Brasil utiliza fatores estrangeiros de produção em seu processo produtivo e, portanto, envia renda líquida ao exterior. A linha/coluna 12 revela que o Brasil recebe renda secundária do exterior. Caso seja de interesse do analista considerar o total das transferências recebidas e enviadas, basta substituir os valores líquidos pelas receitas recebidas, e, nas linhas, as transferências enviadas (marcado na Tabela 8 por Tr P e Tr S), alterando o significado do total das linhas/colunas 6 a 10 para, no lugar da renda disponível, renda/gasto total das instituições.

Na matriz mais desagregada, apresentada no final, é registrado o total das transferências primárias e secundárias enviadas e recebidas pelas instituições residentes.

Tabela 8 - Matriz de contabilidade social e financeira, Brasil 2010 – transferências líquidas desagregadas

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | | | |
|----------------|----|-----------------------------|-----------|--------------------|-----------|---------|-----------------------------|--------------------------|--------------|--------------|-----------|--------|----------|---------|-------------------|---------------|----------------|-----------|-----------|
| | | Fator | | | | | Conta Corrente | | | | | | | | | | | | |
| | | Descrição | Produção | Impostos indiretos | Remuner. | EOB | Impostos líquidos subsídios | Empresas não financeiras | Emp. Financ. | Adm. pública | Famílias | ISFLSF | TR Prim | TR Sec | Fundos de pensões | Conta capital | Resto do mundo | TOTAL | |
| Fator | 1 | Produção | 2.713.231 | | | | | 0 | 0 | 736.750 | 1.918.538 | 61.432 | | | | 747.022 | 422.176 | 6.599.149 | |
| | 2 | Impostos indiretos | 249.922 | | | | | 0 | 0 | 1.408 | 291.393 | 0 | | | | 40.240 | 44 | 583.007 | |
| | 3 | Remunerações | 1.618.190 | | | | | | | | | | | | | | | 995 | 1.619.185 |
| | 4 | EOB | 1.641.762 | | | | | | | | | | | | | | | | 1.641.762 |
| | 5 | Impostos líquidos subsídios | 42.888 | | | | | | | | | | | | | | | | 42.888 |
| Conta corrente | 6 | Empresas não financeiras | | 0 | 0 | 875.264 | 0 | | | | | | -358.907 | - | 186.168 | | | 330.189 | |
| | 7 | Empresas financeiras | | 0 | 0 | 128.811 | 0 | | | | | | -6.470 | -237 | -32.834 | | | 89.270 | |
| | 8 | Adm. pública | | 583.007 | 0 | 50.659 | 42.888 | | | | | | -101.378 | 194.175 | -21.383 | | | 747.968 | |
| | 9 | Famílias | | 0 | 1.619.069 | 584.404 | 0 | | | | | | 343.320 | -54.491 | 54.217 | | | 2.546.519 | |
| | 10 | ISFLSF | | 0 | 0 | 2.624 | 0 | | | | | | 8.477 | 51.406 | | | | 62.507 | |
| | 11 | TR Prim | | | | | | Tr P | Tr P | Tr P | Tr P | Tr P | | | | | | 27.924 | 27.924 |
| | 12 | TR Sec | | | | | | Tr S | Tr S | Tr S | Tr S | Tr S | | | | | | 8.481 | 8.481 |
| | 13 | Fundos de pensões | | | | | | | | | | | | | | | | | 0 |
| | 14 | Conta capital | | | | | | 330.189 | 89.270 | 9.002 | 267.784 | 1.075 | | | | 28.658 | 149.899 | 875.877 | |
| | 15 | Resto do mundo | 333.156 | | | 116 | 0 | 0 | 0 | 0 | 808 | 68.804 | 0 | 142.882 | 3.796 | | 59.957 | | 609.519 |
| TOTAL | | 6.599.149 | 583.007 | 1.619.185 | 1.641.762 | 42.888 | 330.189 | 89.270 | 747.968 | 2.546.519 | 62.507 | 27.924 | 8.481 | 0 | 875.877 | 609.519 | | | |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais

No Brasil, não se identifica os pagamentos realizados entre os setores institucionais, apenas o total da renda de propriedade recebida e paga. Sabe-se quem é um agente superavitário e quem é um agente deficitário, mas não sabe-se a quantia exata de quem financiou quem. Do mesmo modo, sabe-se o total das transferências enviadas e recebidas do resto do mundo, mas não se sabe qual agente enviou para o resto do mundo nem quem o resto do mundo financiou.

A Renda Nacional Bruta por instituição é obtida somando/subtraindo do total da renda alocada, a renda de propriedades, recebidas e enviadas por cada instituição em seu processo produtivo. Em nível institucional, cada setor tem uma renda primária bruta (RPrB) obtida pelo somatório de suas rendas primárias (como recursos) mais o saldo dos rendimentos referentes à remuneração do capital.

A Tabela 9 apresenta um resumo da conta de alocação de renda, seguido pela Tabela 10, que apresenta a conta de distribuição secundária da renda, e pela Tabela 11, com um resumo da conta de uso da renda, todas desagregadas pelos cinco tipos de instituições brasileiras.

Tabela 9 Decomposição da Renda Nacional Bruta – Brasil, 2010

| Instituição | Alocação da renda primária em 2010 | +RPR | -RPE | RLP | RPrB/RNB | RNB (%) |
|--------------------------|------------------------------------|-----------|-----------|----------|-----------|---------|
| Empresas não financeiras | 875.264 | 274.862 | 633.769 | -358.907 | 516.357 | 13,7% |
| Empresas financeiras | 128.811 | 999.630 | 1.006.100 | -6.470 | 122.341 | 3,2% |
| Adm. pública | 676.554 | 182.589 | 283.967 | -101.378 | 575.176 | 15,2% |
| Famílias | 2.203.473 | 524.842 | 181.522 | 343.320 | 2.546.793 | 67,5% |
| ISFLSF | 2.624 | 8.532 | 55 | 8.477 | 11.101 | 0,3% |
| Total | 3.886.726 | 1.990.455 | 2.105.413 | -114.958 | 3.771.768 | 100,0% |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais

A Renda Nacional Bruta (RNB) equivale à distribuição dos pagamentos aos fatores de produção dos residentes no ano (no país e no resto do mundo). De outro modo, a RNB corresponde ao total líquido de rendimentos recebidos por residentes (excedente operacional bruto e remunerações), inclusive o governo (impostos sobre a produção e a importação, líquido dos subsídios). No caso brasileiro, o saldo total das transferências primárias da economia brasileira é negativo, uma vez que as

receitas são menores do que os gastos, o que se justifica em razão de que o país utiliza mais fatores primários na produção doméstica do que os disponíveis internamente.

Tabela 10 - Decomposição da renda bruta disponível – Brasil, 2010

| Instituição | RNB | OTR R | OTR E | TUR | RDB | RDB (%) | Fundos de pensões | Renda disponível bruta RDB* |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|---------|-------------------|-----------------------------|
| Empresas não financeiras | 516.357 | 12.830 | 198.998 | -186.168 | 330.189 | 8,7% | 0 | 330.189 |
| Empresas financeiras | 122.341 | 90.750 | 90.987 | -237 | 122.104 | 3,2% | 32.834 | 89.270 |
| Adm. pública | 575.176 | 1.031.602 | 837.427 | 194.175 | 769.351 | 20,4% | 21.383 | 747.968 |
| Famílias | 2.546.793 | 587.786 | 642.277 | -54.491 | 2.492.302 | 66,0% | -54.217 | 2.546.519 |
| ISFLSF | 11.101 | 51.864 | 458 | 51.406 | 62.507 | 1,7% | 0 | 62.507 |
| Total | 3.771.768 | 1.774.832 | 1.770.147 | 4.685 | 3.776.453 | 100,0% | 0 | 3.776.453 |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

Assim, além das rendas de propriedade entre os setores institucionais nacionais – que se cancelam, pois a receita de um é a despesa de outro –, há uma Remuneração Líquida de Propriedade (RLP) que deve ser enviada ao exterior, que deve ser descontado da renda interna, para se alcançar a renda nacional. Nesse contexto, entende-se por RLP o saldo dos recebimentos e pagamentos ao exterior de rendas de capitais (juros, os lucros e os dividendos) e de outros serviços de fatores (royalties, patentes e direitos autorais).

Observando a coluna RLP, na Tabela 9 se verifica que as empresas não financeiras, as empresas financeiras e a administração pública são deficitárias e que as famílias e as ISFLSF são superavitárias. As famílias brasileiras se apropriaram, em 2010, de 67,5% da Renda Nacional Bruta, e foram seguidas pela administração pública (15,2%) e por empresas não financeiras (13,7%), empresas financeiras (3,2%) e ISFLSF (0,3%).

A Tabela 10 mostra a distribuição secundária da renda em que os rendimentos primários pagos a residentes são usados para pagamentos de transferências para unidades não residentes. Verifica-se que, no caso do Brasil, a Renda Nacional Disponível (RDB) é maior do que a Renda Nacional Bruta (RNB), pois as transferências unilaterais recebidas do exterior são maiores do que as transferências unilaterais enviadas. As transferências líquidas correntes (TUR)

representam o saldo das transferências de recursos tais como o recebimento e o pagamento de imposto sobre a renda e o patrimônio, de operações de seguro, de contribuições e benefícios previdenciários e transferências unilaterais entre governos e entre residentes. Observando a coluna TUR, na Tabela 10 se verifica que as empresas não financeiras, as empresas financeiras e as famílias são deficitárias e que a administração pública e as ISFLSF são superavitárias.

Pelo SCN, a conta de uso da renda tem como saldo a poupança nacional bruta, resultante da diferença entre a renda nacional disponível bruta (RDB) e o consumo final de bens e serviços das famílias e do governo a preços de consumidor. Para se obter a poupança desagregada por setor institucional, há a necessidade de se fazer um ajustamento pela variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões, também mostrado na Tabela 10.

Na Tabela 11, apresenta-se o consumo final a preços de consumidor, desagregado em consumo final a preços básicos, impostos indiretos e importação para o consumo final, o que corresponde, em conjunto, a 81,5% da renda disponível bruta nacional. Em 2010, a taxa de poupança doméstica foi de 18,5% da RDB. Observando a última coluna da Tabela 3.10, verifica-se que 47,4% da poupança nacional relacionam-se às empresas não financeiras, seguidas pelas famílias, com participação de 38,4%. Um índice de 12,8% da poupança nacional tem relação com as empresas financeiras, e 1,3% pela administração pública e 0,3% pelas ISFLSF. A conta de uso da renda evidencia a RDB como recurso e o consumo final e a poupança como destino.

Tabela 11 - Conta de uso da renda, desagregado por instituição – Brasil, 2010

| Instituições | RDB* | % | Consumo final | Impostos indiretos | Importação | Poupança doméstica bruta (SD) | % |
|--------------------------|-----------|--------|---------------|--------------------|------------|-------------------------------|--------|
| Empresas não financeiras | 330.189 | 8,7% | 0 | 0 | 0 | 330.189 | 47,4% |
| Empresas financeiras | 89.270 | 2,4% | 0 | 0 | 0 | 89.270 | 12,8% |
| Adm. pública | 747.968 | 19,8% | 736.750 | 1.408 | 808 | 9.002 | 1,3% |
| Famílias | 2.546.519 | 67,4% | 1.918.538 | 291.393 | 68.804 | 267.784 | 38,4% |
| ISFLSF | 62.507 | 1,7% | 61.432 | 0 | 0 | 1.075 | 0,2% |
| Brasil | 3.776.453 | 100,0% | 2.716.720 | 292.801 | 69.612 | 697.320 | 100,0% |
| % | 100,0% | | 71,9% | 7,8% | 1,8% | 18,5% | |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

5 A MATRIZ DE FLUXO DE FUNDOS DA CONTA FINANCEIRA

A conta financeira tem por função específica mostrar por quais instrumentos a capacidade de financiamento é empregada ou o modo como a necessidade de financiamento é satisfeita. Esses valores são idênticos ao saldo final das contas não financeiras, na conta de capital. A contraposição do saldo da conta financeira dá-se, desse modo, com o da conta de capital. O bloco composto pela conta de capital, representando excessos ou não de gastos na formação de capital, e pela conta financeira, traduzindo a alocação financeira dos recursos reais através dos vários instrumentos, define a Matriz de Fluxos de Fundos. Pode-se, assim, explicitar os relacionamentos entre poupança, investimento e fluxos financeiros de modo integrado para toda a economia, ou para cada setor institucional.

Alguns setores são credores líquidos, enquanto outros são devedores líquidos. No caso de operações financeiras entre unidades institucionais, os recursos excedentes de um setor podem ser disponibilizados para utilização de outros setores. Portanto, a conta financeira mostra como os setores institucionais e a economia nacional, quando deficitários, obtêm os recursos financeiros necessários através da contratação de responsabilidades ou pela cessão de ativos. Além disso, mostra como, quando superavitários, aplicam o excedente, adquirindo ativos financeiros ou reduzindo seus passivos. A conta financeira, no entanto, não indica quais os setores que emitem os passivos e quais os setores cujos ativos refletem direitos financeiros. Nessa conta, são cobertas todas as operações que implicam uma transferência de propriedade de ativos financeiros, incluindo a criação e a liquidação de direitos financeiros.

As operações financeiras referem-se às variações líquidas de ativos financeiros (aquisições menos cessões), e as variações líquidas de passivos (emissão menos reembolso) relacionam-se ao tipo de instrumento financeiro.

A Tabela 12 apresenta uma matriz de contabilidade social e financeira resumida. Para modelar esse relacionamento entre setores institucionais e tipos de ativos transacionados, criou-se uma linha/coluna (7) chamada de conta de ativos/passivos, desagregado pelos oito tipos de instrumentos financeiros do SCN brasileiro de 2010 (detalhados adiante), e ainda uma linha/coluna (8), desagregado pelos cinco setores institucionais, chamada de conta financeira (também detalhada adiante).

Observe-se que, na conta de capital – linha 5 –, os recursos obtidos com o resto do mundo pelas instituições domésticas, ou seja, famílias, governo, empresas financeiras e não financeiras, em 2010, aparecem desagregados entre poupança externa (necessidade de financiamento da economia nacional de 149,419 bilhões de reais); e “aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos” mais “transferências de capital recebidas do resto do mundo” (480 milhões de reais) como revela a conta capital mostrada na Tabela 7.

Tabela 12 - Matriz de contabilidade social e financeira, Brasil 2010 – Agregada

| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | |
|----------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|-------------------|------------------|----------------|-----------|
| Descrição | Produção | Imp. Ind. | Fator | Instit. | Conta capital | Conta de passivos | Conta financeira | Resto do mundo | TOTAL |
| 1 Produção | 2.713.231 | | | 2.716.720 | 747.022 | | | 422.176 | 6.599.149 |
| 2 Impostos indiretos | 249.922 | | | 292.801 | 40.240 | | | 44 | 583.007 |
| 3 Fator | 3.302.840 | | | | | | | 995 | 3.303.835 |
| 4 Instituições | | 583.007 | 3.303.719 | 3.765.287 | | | | 36.405 | 7.688.418 |
| 5 Conta capital | | | | 697.320 | 28.658 | | 149.419 | 480 | 875.877 |
| 6 Conta de ativos | | | | | | | 2.279.061 | 343.745 | 2.622.806 |
| 7 Conta financeira | | | | | | 2.428.480 | | | 2.428.480 |
| 8 Resto do mundo | 333.156 | | 116 | 216.290 | 59.957 | 194.326 | | | 803.845 |
| TOTAL | 6.599.149 | 583.007 | 3.303.835 | 7.688.418 | 875.877 | 2.622.806 | 2.428.480 | 803.845 | |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

Há dois caminhos para se financiar a necessidade de pagamento do país de 149,419 bilhões de reais: ou se aumenta a dívida dos residentes ou ocorre a cessão de ativos para o resto do mundo.

A linha/coluna 6 da Tabela 12 mostra a conta de ativos (linha) e passivos (coluna) financeiros assumidos pelos setores institucionais domésticos e pelo resto do mundo. A aquisição/cessão desses instrumentos financeiros (papéis escriturais) tem como contrapartida um fluxo financeiro, modelado na linha/coluna 7.

Em 2010, a economia nacional fez uma aquisição líquida de ativos financeiros de 2,279 trilhões de reais (6,7) menor do que a aquisição líquida de passivos financeiros pelos setores institucionais residentes de 2,428 trilhões de reais (7,6). O fato de as instituições residentes assumirem um passivo maior do que o que utilizaram para a compra de ativos mostra que as instituições domésticas tiveram gastos correntes acima de sua renda corrente, e, portanto, pegaram recursos para se financiarem. Esse financiamento ocorreu pela captação de poupança externa (linha/coluna 7). A garantia que a economia nacional deu para a captação desses recursos se deu pela cessão de 343,745 bilhões de reais de ativos financeiros adquiridos pelo resto do mundo (6,8), que, por sua vez, assumiu ainda um passivo financeiro de 194,326 bilhões de reais (8,6). Interessante observar que o resto do mundo fez uma aquisição líquida de ativos financeiros da economia brasileira muito maior do que a poupança externa capitada de 149,419 bilhões de reais, equivalente à nossa necessidade de financiamento. Para tanto, o resto do mundo adquiriu também passivos financeiros dos setores residentes. Ou seja, percebe-se que o resto do mundo utiliza parte do estoque de poupança doméstica para viabilizar os investimentos realizados por não residentes.

A Tabela 13 mostra a conta financeira para o total da economia em 2010, desagregado por instrumentos financeiros, resultado este obtido pelos setores institucionais domésticos, e a Tabela 13 mostra a conta financeira do resto do mundo cujo saldo é um espelho da conta anterior.

Tabela 13 - Conta financeira do total da economia – 2010

| F | Instrumentos financeiros | Aquisições líquidas de ativos financeiros | Total das aquisições líquidas de | Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento |
|----------|--|---|----------------------------------|---|
| F.1 | Ouro monetário e DES | 38 | | 38 |
| F.2 | Numerário e depósitos | 565.848 | 508.828 | 57.020 |
| F.3 | Títulos de dívidas | 461.059 | 464.273 | (-) 3.214 |
| F.4 | Empréstimos | 649.579 | 746.502 | (-) 96.923 |
| F.5 | Participações de capital e em fundos de investimentos | 462.485 | 601.050 | (-) 138.565 |
| F.6 | Sistemas de seguros, de previdência e regime de garantias padronizadas | 76.758 | 76.752 | 6 |
| F.7 | Derivativos financeiros | 332 | 149 | 183 |
| F.8 | Outras contas a receber/pagar | 62.963 | 30.926 | 32.038 |
| F | Total | 2.279.061 | 2.428.480 | (-) 149.419 |

Fonte: O autor. IBGE, Conta financeira, a preços correntes, segundo os instrumentos financeiros. Em milhões de reais.

Com base na Tabela 13 e observando as aquisições líquidas de ativos financeiros dos setores domésticos, ou seja, famílias, governo, empresas financeiras e não financeiras, verifica-se que a maior parte está concentrada em contas de alta liquidez e em renda fixa como títulos de dívidas e empréstimos, bem como em participação de capital e em fundos de investimentos. A proporção em 2010 era de 74% para renda fixa (F2, F3 e F4) e 20% para renda variável (F5). Observando as aquisições líquidas de passivos financeiros emitidos, verifica-se que, em 2010, 71% dos recursos levantados exigia o pagamento de juros contratuais (F2, F3 e F4) e 25% eram recursos cujo risco era compartilhado com os investidores (F5). Para a economia como um todo, no entanto, houve a necessidade de captar empréstimos de agentes externos, 29% do déficit (F4) e de venda de participação de capital e em fundos de investimento para o resto do mundo, 93% do déficit (F5).

A conta financeira do resto do mundo (Tabela 14) tem como saldo um espelho da conta anterior, pois, como observado anteriormente, os setores institucionais residentes gastaram mais do que ganharam, e, portanto, foram deficitários. Em outras palavras, a renda disponível nacional foi inferior à absorção interna. Pode-se dizer também que gastaram mais “dólares” do que receberam. Assim, para que se alcance o equilíbrio, é necessário ou a cessão de ativos domésticos ou a aquisição de passivos.

Tabela 14 - Conta financeira do resto do mundo – 2010

| F | Instrumentos financeiros | Aquisições líquidas de ativos financeiros | Aquisições líquidas de passivos | Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento |
|----------|--|--|--|--|
| F.1 | Ouro monetário e DES | | 38 | (-) 38 |
| F.2 | Numerário e depósitos | (-) 5 886 | 51 134 | (-) 57 020 |
| F.3 | Títulos de dívidas | 59 547 | 56 333 | 3 214 |
| F.4 | Empréstimos | 96 184 | (-) 739 | 96 923 |
| F.5 | Participações de capital e em fundos de investimentos | 195 730 | 57 164 | 138 565 |
| F.6 | Sistemas de seguros, de previdência e regime de garantias padronizadas | 25 | 31 | (-) 6 |
| F.7 | Derivativos financeiros | (-) 817 | (-) 634 | (-) 183 |
| F.8 | Outras contas a receber/pagar | (-) 1 039 | 30 999 | (-) 32 038 |
| F | Total | 343 745 | 194 326 | 149 419 |

Fonte: O autor. IBGE, Conta financeira, a preços correntes, segundo os instrumentos financeiros. Em milhões de reais

6 DECOMPOSIÇÃO DAS CONTAS DE CAPITAL, DE ATIVOS E FINANCEIRA POR SETORES INSTITUCIONAIS

Por fim, apresenta-se, na Tabela 15, uma matriz de contabilidade social e financeira (MCSF) da economia brasileira, desagregando as contas de capital, de ativos e financeiras por setores institucionais domésticos. Essa matriz, a exemplo das anteriores, não desagrega a produção (linha/coluna 1) por atividade ou por produto, podendo ser realizada a critério do analista.

A FBCF a custo de fatores foi desagregada (linha 1/colunas 12 a 16) por setor institucional utilizando como critério o rateio proporcional conforme os valores indicados na conta capital da CEI. Os estoques foram atribuídos às empresas não financeiras. Na CEI, a FBCF incorpora os impostos indiretos (linha 2) e as importações (linha 31), que foram desagregadas pelo mesmo critério, com base nos dados da Matriz de Insumo-Produto (MIP).

Os fatores de produção a preços básicos (linha/coluna 3) são apresentados de forma agregada. Na conta corrente, é mostrado o total das transferências primárias e secundárias sendo que o total das linhas/colunas 4 a 8 representam agora o total das receitas/gastos das instituições domésticas e o total das linhas 9 e 10 mostram o valor total das fontes e destinos das transferências realizadas no país.

A conta capital, desagregada por setor institucional residente, revela que a poupança de todas as instituições, que estão na diagonal (linhas 12 a 16, colunas 4 a 8), foram superavitárias em 2010, incluindo aqui a administração pública. As transferências de capital entre as instituições (linhas 12 a 16, coluna 17) são mostradas na forma líquida. Caso seja de interesse do analista considerar o total das transferências de capital recebidas e enviadas, basta substituir os valores líquidos pelas receitas recebidas, e, nas linhas, informar as transferências enviadas (marcado na Tabela 15 por Tr C).

Observando as transferências líquidas de capital entre as instituições, verifica-se que a administração pública (1,9 bilhão de reais) e as instituições sem fins lucrativos (1,4 bilhão de reais) receberam aportes de capital, com origem dos estoques de capital das instituições famílias (1,8 bilhão de reais), empresas não financeiras (1,3 bilhão de reais) e empresas financeiras (0,2 bilhão de reais).

Tabela 15 - Matriz de contabilidade social e financeira, Brasil 2010 – Contas capital, de ativos e financeiras desagregada por setores institucionais

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
|-----------|------------------------------------|----------------|--------------------|-----------|--------------------------|----------------------|--------------|----------------|--------------|-----------|-----------|----------------|--------------------------|--------------|----------------|----------------|--------------|---------------|
| | | Conta Corrente | | | | | | | | | | | Conta Capital | | | | | |
| Descrição | | Produção | Impostos Indiretos | Fator | Empresas Não Financeiras | Empresas Financeiras | Adm. Pública | Famílias | ISFLSF | TR Prim | TR Sec | Fundos pensões | Empresas Não Financeiras | Emp. Financ. | Adm. Pública | Famílias | ISFL SF | Tr cap |
| 1 | Produção | 2.713.231 | | | 0 | 0 | 736.750 | 1.918.538 | 61.432 | | | | 422.447 | 5.674 | 110.934 | 205.339 | 2.628 | |
| 2 | Impostos indiretos líquidos | 249.922 | | | 0 | 0 | 1.408 | 291.393 | 0 | | | | 21.698 | 324 | 6.337 | 11.731 | 150 | |
| 3 | Fator | 3.302.840 | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 4 | Empresas não financeiras | | 0 | 875.264 | | | | | | 274.862 | 12.830 | 0 | | | | | | |
| 5 | Empresas financeiras | | 0 | 128.811 | | | | | | 999.630 | 90.750 | -32.834 | | | | | | |
| 6 | Adm. pública | | 583.007 | 93.547 | | | | | | 182.589 | 1.031.602 | -21.383 | | | | | | |
| 7 | Famílias | | 0 | 2.203.473 | | | | | | 524.842 | 587.786 | 54.217 | | | | | | |
| 8 | ISFLSF | | 0 | 2.624 | | | | | | 8.532 | 51.864 | 0 | | | | | | |
| 9 | TR Prim | | | | 633.769 | 1.006.100 | 283.967 | 181.522 | 55 | | | | | | | | | |
| 10 | TR Sec | | | | 198.998 | 90.987 | 837.427 | 642.277 | 458 | | | | | | | | | |
| 11 | Fundos de pensões | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | Empresas não financeiras | | | | 330.189 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | | | | | | | -1.328 |
| 13 | Empresas financeiras | | | | 0 | 89.270 | 0 | 0 | 0 | | | | | | | | | -220 |
| 14 | Adm. pública | | | | 0 | 0 | 9.002 | 0 | 0 | | | | | | | | | 1.468 |
| 15 | Famílias | | | | 0 | 0 | 0 | 267.784 | 0 | | | | | | | | | -1.816 |
| 16 | ISFLSF | | | | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.075 | | | | | | | | | 1.920 |
| 17 | TR cap | | | | | | | | | | | | Tr C | Tr C | Tr C | Tr C | Tr C | |
| 18 | F1 Ouro monetário e DES | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | F2 Numerário e depósitos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20 | F3 Títulos exceto ações | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | F4 Emprést. e financiamentos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22 | F5 Ações e participações | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23 | F6 Reservas técnicas e seguros | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24 | F7 Outros créditos e débitos | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 25 | F8 Derivativos e opções | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 26 | Empresas não financeiras | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 27 | Empresas financeiras | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 28 | Adm. pública | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 29 | Famílias | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 30 | ISFLSF | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 31 | RESTO DO MUNDO | 333.156 | | 116 | 0 | 0 | 808 | 68.804 | 0 | 142.882 | 3.796 | 0 | 35.336 | 430 | 8.397 | 15.543 | 199 | 53 |
| | TOTAL | 6.599.149 | 583.007 | 3.303.835 | 1.162.956 | 1.186.357 | 1.869.362 | 3.370.318 | 63.020 | 2.133.337 | 1.778.628 | 0 | 479.481 | 6.428 | 125.668 | 232.612 | 2.977 | 77 |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

Continua ...

... continuação

| | | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | |
|-----------|------------------------------------|--------------------------|---------|---------|---------|---------|--------|------|----------|--------------------------|----------------------|--------------|----------|--------|----------------|-----------|--|
| | | Conta de ativos/passivos | | | | | | | | Conta financeira | | | | | | | |
| Descrição | | F1 | F2 | F3 | F4 | F5 | F6 | F7 | F8 | Empresas não financeiras | Empresas financeiras | Adm. pública | Famílias | ISFLSF | Resto do mundo | TOTAL | |
| 1 | Produção | | | | | | | | | | | | | | 422.176 | 6.599.149 | |
| 2 | Impostos indiretos líquidos | | | | | | | | | | | | | | 44 | 583.007 | |
| 3 | Fator | | | | | | | | | | | | | | 995 | 3.303.835 | |
| 4 | Empresas não financeiras | | | | | | | | | | | | | | | 1.162.956 | |
| 5 | Empresas financeiras | | | | | | | | | | | | | | | 1.186.357 | |
| 6 | Adm. pública | | | | | | | | | | | | | | | 1.869.362 | |
| 7 | Famílias | | | | | | | | | | | | | | | 3.370.318 | |
| 8 | ISFLSF | | | | | | | | | | | | | | | 63.020 | |
| 9 | TR Prim | | | | | | | | | | | | | | 27.924 | 2.133.337 | |
| 10 | TR Sec | | | | | | | | | | | | | | 8.481 | 1.778.628 | |
| 11 | Fundos de pensões | | | | | | | | | | | | | | 0 | 0 | |
| 12 | Empresas não financeiras | | | | | | | | | 150.394 | | | | | 226 | 479.481 | |
| 13 | Empresas financeiras | | | | | | | | | -82.622 | | | | | 0 | 6.428 | |
| 14 | Adm. pública | | | | | | | | | | 115.021 | | | | 177 | 125.668 | |
| 15 | Famílias | | | | | | | | | | | -33.356 | | | 0 | 232.612 | |
| 16 | ISFLSF | | | | | | | | | | | | -18 | | 0 | 2.977 | |
| 17 | TR cap | | | | | | | | | | | | | | 77 | 77 | |
| 18 | F1 Ouro monetário e DES | | | | | | | | | 0 | 38 | 0 | 0 | 0 | 0 | 38 | |
| 19 | F2 Numerário e depósitos | | | | | | | | | 12.341 | 453.830 | -13.783 | 113.460 | 0 | -5.886 | 559.962 | |
| 20 | F3 Títulos exceto ações | | | | | | | | | 72.270 | 364.346 | 19.883 | 4.559 | 0 | 59.547 | 520.606 | |
| 21 | F4 Emprést. e financiamentos | | | | | | | | | 7.490 | 368.795 | 174.102 | 99.193 | 0 | 96.184 | 745.764 | |
| 22 | F5 Ações e participações | | | | | | | | | 21.695 | 326.074 | 38.339 | 76.377 | 0 | 195.730 | 658.215 | |
| 23 | F6 Reservas técnicas e | | | | | | | | | 2.509 | 3.172 | 109 | 70.968 | 0 | 25 | 76.783 | |
| 24 | F7 Outros créditos e débitos | | | | | | | | | -330 | 914 | 0 | -253 | 0 | -817 | -485 | |
| 25 | F8 Derivativos e opções | | | | | | | | | 69.160 | 35.769 | 11.506 | -53.471 | 0 | -1.039 | 61.924 | |
| 26 | Empresas não financeiras | 0 | 0 | 34.937 | 254.682 | 191.471 | 0 | 0 | -145.561 | | | | | | | 335.529 | |
| 27 | Empresas financeiras | 0 | 488.797 | 170.168 | 213.500 | 409.579 | 76.752 | 149 | 111.370 | | | | | | | 1.470.315 | |
| 28 | Adm. pública | 0 | 20.031 | 259.168 | 53.684 | 0 | 0 | 0 | 12.294 | | | | | | | 345.177 | |
| 29 | Famílias | 0 | 0 | 0 | 224.636 | 0 | 0 | 0 | 52.823 | | | | | | | 277.459 | |
| 30 | ISFLSF | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | | | | -18 | 18 | | 0 | |
| 31 | RESTO DO MUNDO | 38 | 51.134 | 56.333 | -739 | 57.164 | 31 | -634 | 30.999 | | | | | | | 803.845 | |
| | TOTAL | 38 | 559.962 | 520.606 | 745.764 | 658.215 | 76.783 | -485 | 61.924 | 335.529 | 1.470.315 | 345.177 | 277.459 | 0 | 803.845 | | |

Fonte: O autor. Dados do IBGE. Em milhões de reais.

No agregado, o conjunto de instituições residentes recebeu 28,682 bilhões de reais de transferências de capital, sendo 28,658 das instituições domésticas e 24 milhões do resto do mundo. Do mesmo modo que para as transferências correntes, o IBGE informa quanto cada setor institucional recebeu e pagou, sabendo-se somente quem é superavitário ou deficitário nessa conta.

A linha/coluna 17 se equilibra, dado que o resto do mundo recebeu 53 milhões de reais e pagou 77 milhões de reais para as instituições domésticas.

A “poupança externa” é visualizada aqui como capacidade/necessidade de financiamento da economia brasileira desagregada por instituição nas colunas 26 a 30 (linhas 12 a 16) da Tabela 3.14. No agregado, como observado anteriormente, a economia brasileira como um todo teve a necessidade de financiamento de 149,419 bilhões de reais satisfeita pela transferência de ativos ou aumento da dívida, atendida pelo setor externo.

Setorialmente, no entanto, há instituições domésticas superavitárias, com capacidade de financiamento, dado que a poupança é maior do que o investimento (sendo registrado na MCSF com um número negativo significando liberação de recursos), e há instituições domésticas com necessidade de financiamento por serem deficitárias, pois o volume de investimento é maior do que a sua capacidade de gerar poupanças (sendo registrado na MCSF com um número positivo significando captação de recursos).

As instituições com capacidade de financiamento são as empresas financeiras (82,622 bilhões de reais), famílias (32,356 bilhões de reais) e ISFLSF (18 milhões de reais). As instituições com necessidade de financiamento são as empresas não financeiras (150,394 bilhões de reais) e a administração pública (115,021 bilhões de reais).

Na conta capital, há, ainda, a captação de recursos com as aquisições líquidas de cessões de ativos não-financeiros não-produzidos pelo setor externo, como mostra a Tabela 3.6, decompostos em 226 milhões de reais oriundos das empresas não financeiras e 177 milhões de reais procedentes da administração pública. O volume de capital recebido do resto do mundo por meio de simples transferências foi de 77 milhões de reais em 2010.

Em resumo, o total das linhas 12 a 16 mostra a poupança bruta das instituições residentes ajustada pela transferência de capital entre elas e o resto do mundo, montante que, por sua vez, se iguala ao volume de investimento realizado por cada uma delas, apresentado nas colunas 12 a 16 da conta capital, e desagregada em FBCF a custo de fatores, impostos indiretos sobre FCBF, e FBCF importada. Compõe-se, assim, uma “proxy” da identidade entre poupança e investimento a nível agregado. A coluna 17 mostra que as transferências de 77 milhões de reais feitas em 2010 ao país pelo resto do mundo se igualam aos 24 milhões de reais dos ativos adquiridos das instituições domésticas e transferências de capital de 53 milhões de reais enviadas ao resto do mundo.

O cruzamento das linhas 18 a 31 com as colunas 18 a 31 da Tabela 15 mostra a Matriz de Fluxo de Fundo da economia brasileira para o ano de 2010, desagregado para cinco setores institucionais residentes e resto do mundo e por oito tipos de instrumentos financeiros.

As linhas 18 a 25 mostram a distribuição dos diferentes tipos de ativos adquiridos pelos setores institucionais domésticos das colunas 26 a 30 e pelo resto do mundo (coluna 31). A maioria dos valores são positivos (houve um acúmulo de patrimônio), tendo apenas alguns poucos elementos negativos (diminuição dos estoques de ativos existente).

Interessante observar que o Resto do Mundo adquiriu 195,730 bilhões de reais em ações e outras participações de capital (F5), correspondente a 29,7% do total desses ativos adquiridos em 2010, e um volume superior ao adquirido pelas famílias (11,6% do total), da administração pública (5,8%), pelas empresas não financeiras (3,3%) e mais da metade do volume adquirido pelas empresas financeiras (49,5% do total). O resto do mundo adquiriu 13,1% do total de ativos criados no Brasil em 2010.

As empresas financeiras, devido ao seu papel de intermediador financeiro, concentram 81,0% do numerário e depósitos da economia brasileira (F2), 70% dos títulos (F3) e 49,5% dos empréstimos e financiamentos (F4), além dos 49,5% das ações e participações (F5) da economia brasileira citados anteriormente. As empresas financeiras adquiriram 59,2% dos ativos brasileiros liquidamente criados em 2010. Esses ativos, claro, são a principal fonte de receitas dessas empresas. As empresas não financeiras adquiriram 7,1% dos ativos criados em 2010, sendo que,

de seu portfólio, 39% são títulos (F3) e 37% derivativos e opções (F8). A administração pública adquiriu 8,8% do total de ativos brasileiros, sendo seu portfólio concentrado em empréstimos e financiamentos (76% - F4) e ações (17%,0% - F5). As famílias compraram 13,1% dos ativos criados em 2010, sendo que 37% foram mantidos em numerários e depósitos (F2), 32% em empréstimos e financiamentos (76%), 25% em ações (F5), e 23% em reservas técnicas e seguros (F6). Cabe observar que, na CEI de 2010, os ativos das famílias e das ISFLSF são apresentados de forma agregada e, assim, foi feita uma “transferência” da poupança das ISFLSF (30,30) para a instituição famílias (29,30).

Do ponto de vista dos passivos financeiros, claro, as instituições superavitárias assumiram em menor quantidade de passivos do que os ativos que compraram, liberando recursos para os setores deficitários, que assumiram uma quantidade de passivos financeiros maior do que a quantidade de ativos que adquiriram e utilizaram o excedente para financiar seus gastos correntes.

7 CONCLUSÃO

Este artigo mostra o procedimento metodológico e as relações macroeconômicas, do ponto de vista da contabilidade social, para obter uma matriz de contabilidade social e financeira (MCSF), para o ano de 2010, utilizando como única fonte de informação os dados do IBGE, particularmente os dados da matriz de insumo-produto e das contas econômicas integradas.

Partindo do princípio das partidas dobradas, em que cada débito corresponde a um crédito correspondente, é possível garantir que os totais das linhas sejam iguais aos totais das colunas, alcançando o equilíbrio interno e externo das contas agregada e dos agentes individuais, sem a necessidade de balanceamentos, restrições ou algum método estatístico de ajuste, como o RAS por exemplo. Os dados observados refletem o modelo econômico-contábil elaborado pelo IBGE, sendo que o analista é livre para buscar informações complementares que permitam análises alternativas.

O artigo faz especial destaque para as transferências entre as instituições, sejam elas primárias ou secundárias, sejam referentes a ajustes de fundo de pensão e de capital. A nível agregado, trata-se de valores na diagonal da matriz de contabilidade social e esses valores se cancelam do ponto de vista da obtenção de

agregados líquidos, pois correspondem simultaneamente a receitas e a despesas. A nível institucional, foram criadas linhas e colunas extras de forma que se alcance o equilíbrio das transferências entre as instituições domésticas e entre essas e o resto do mundo.

Como inovação, apresenta uma versão para a análise da matriz de fluxo de fundos da economia brasileira, que permite visualizar de que forma os déficits e os superávits da conta corrente são financiados pela conta capital, tendo como contrapartida a compra e a venda de ativos financeiros. Para tanto, criou-se uma conta de ativos e passivos financeiros domésticos e do resto do mundo e que mostra por quais instrumentos a capacidade de financiamento é empregada, complementando a conta financeira e a conta de capital de forma a permitir visualizar também o modo como a necessidade de financiamento é satisfeita. Além da tautologia poupança igual ao investimento é possível ainda visualizar a igualdade entre o total de ativos e o total de passivos dos setores institucionais domésticos e estrangeiros.

Como sugestão para trabalhos futuros, além da análise de multiplicadores em diferentes níveis de desagregação setorial e das famílias, do efeito das transferências em sua forma bruta e líquida, é a construção de uma MCSF em outro ponto no tempo, o que permitirá elaborar análises mais acuradas dos efeitos das políticas de desenvolvimento da economia brasileira, tanto em termos de fluxos de renda criada quanto das mutações dos ativos e passivos dos agentes econômicos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. C.; NAJBERG S. **Uma matriz de contabilidade social atualizada para o Brasil..** Rio de Janeiro: BNDES, 1997. Texto para discussão n. 58.

BANCO CENTRAL (BACEN). Notas metodológicas. **Nota Metodológica – Conta Financeira e Conta de Patrimônio Financeiro.** Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/PatFlu/contafinanc.asp>. Acesso em: 1 ago. 2017.

BURKOWSKI, E.; PEROBELLI, F. F.; PEROBELLI, F. S. Matrizes de contabilidade social e financeira: Brasil, 2005 a 2009. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 46, n. 4, p.937-971, out./dez. 2016.

FEIJÓ, C. et al. **Contabilidade social:** a nova referência das contas nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais**: Brasil referência 2010-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

KING, Benjamin B. What is a SAM? In: **Social Accounting Matrices**: a Basis for Planning, Edited by Pyatt, G. and J. Round, Washington, D.C.: World Bank 3th ed. 1990.

KURESKI, R. Uma matriz de contabilidade social para o Brasil – 2005. **Revista de Economia Mackenzie**, v 7, n. 3, 2005.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social**. São Paulo: Saraiva, 2001.

SIMONSEN, M. H.; CYSNE, R. P. **Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1995.

System of National Account 2008, European Communities, International Monetary Fund, Organisation for Economic Co-operation and Development, United Nations and World Bank, New York, 2009.

TOURINHO, et al. **Uma matriz de contabilidade social para o Brasil em 2003**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2006. Texto para discussão n. 1242

TOURINHO, O. A. F. Matrizes de contabilidade social (SAM) para o Brasil de 1990 a 2005. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 327-364, jun. 2008.

URANI, et al. **Construção de uma matriz de contabilidade social para o Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1994. Texto para discussão n. 346.

WONG, K.S.K; AZALI, M.; LEE, C. Financial Social Accounting Matrix: Concepts, Constructions and Theoretical Framework. **Munich Personal RePEc Archive**, 2009.